

SEM AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DOS RESULTADOS DA PRIMEIRA FASE

## **Governo prepara-se para lançar a implementação do Projecto Sustenta a nível nacional**



**N**a 25ª sessão ordinária de 14 de Julho, o Conselho de Ministros apreciou informações sobre o lançamento, a nível nacional, do Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais, abreviadamente designado Projecto Sustenta. O lançamento do projecto implementado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), através do Fundo

Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), deverá acontecer nos próximos dias, estando neste momento a decorrer os preparativos.

Por exemplo, termina amanhã, sexta-feira, a formação de professores de institutos agrários que deverão formar os 2.500 extensionistas que estão a ser recrutados pelo MADER através de concurso público. Depois



Créditos: OPais

da formação, os extensionistas deverão trabalhar na implementação, em todo o país, do Projecto Sustenta, cujo objectivo é estimular a economia rural através da integração das famílias rurais no desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis, com base agrícola e florestal, de forma a melhorar a sua renda e qualidade de vida, com respeito pela conservação ambiental.

Os objectivos do projecto incluem ainda a (I) facilitação do desenvolvimento da cadeia de valor agrário e florestal; (II) expansão da rede dos provedores da cadeia de valor; (III) financiamento dos actores na cadeia de valor (Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes); (IV) expansão de infra-estruturas rurais estratégicas; e (V) melhoria das políticas de regulamentação ambiental<sup>1</sup>.

Na componente de gestão sustentável dos recursos naturais e terra, o projecto visa o (I) fortalecimento da capacidade provincial e distrital de gestão integrada de paisagens; (II) aumento da capacidade institucional a nível local para o processo de regularização de terras (delimitação de terras comunitárias e titulação); e (III) protecção e recuperação

de *habitats* naturais críticos para as cadeias de valor na paisagem.

Numa primeira fase, o Projecto Sustenta foi lançado no dia 17 de Fevereiro de 2017 pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, para ser implementado em 10 distritos das províncias da Zambézia e Nampula, as mais populosas do país. Com um orçamento de 40 milhões de dólares financiados pelo Banco Mundial, o projecto visava beneficiar directamente 125.000 famílias rurais, que representam cerca de 700.000 pessoas que utilizam os recursos agrícolas e florestais para a sua subsistência. Previa-se também a criação de uma rede de 200 Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes; de uma outra de 50 pequenas e médias empresas de agro-negócio; além da melhoria de infra-estruturas e criação de oportunidades económicas nas províncias da Zambézia e Nampula<sup>2</sup>.

O lançamento do projecto a nível nacional deveria ter acontecido no ano passado, segundo anúncio feito em Dezembro de 2018 por Celso Correia, à época Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural<sup>3</sup>. Na altura, Celso Correia disse que o Governo já

<sup>1</sup> <https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/sustenta>

<sup>2</sup> <https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/sustenta>

<sup>3</sup> <http://opais.sapo.mz/governo-va-expandir-projecto-sustenta-a-todo-pais-em-2019>





tinha assegurado 80 milhões de dólares do Banco Mundial para financiar projectos, mas o lançamento do Sustenta a nível nacional não aconteceu em 2019 por razões até aqui desconhecidas, pelo menos publicamente.

No “balanço de meio-termo” feito em Dezembro de 2018, o então Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural disse que os resultados eram “bastante positivos”, anotando que em 18 meses de implementação da primeira fase, o Sustenta estava a beneficiar directamente 32.444 pessoas em 10 distritos da Zambézia e Nampula. Na lista dos “resultados positivos”, o Ministro apontou para o aumento da produção e produtividade de várias culturas, como milho, gergelim, soja, feijão bóer, e o consequente aumento dos rendimentos dos pequenos agricultores, graças à assistência técnica e fornecimento de meios de produção.

Apesar deste discurso triunfalista do actual Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) defende que o lançamento do Projecto Sustenta a nível nacional devia ser antecedido por uma avaliação independente dos resultados da primeira fase em implementação nas províncias da Zambézia e Nampula. Além dos agricultores abrangidos

do pelo projecto, do financiador (Banco Mundial), do órgão implementador (FNDS), o Governo poderia abrir as portas para a sociedade civil como forma de garantir maior participação pública e transparência no processo de avaliação.

Pela sua dimensão (nacional) e pelos fundos envolvidos (80 milhões de dólares?), o Projecto Sustenta deveria ser informado de debate público nacional antes de ser implementado a nível nacional. É importante que a sociedade seja informada sobre os mecanismos de garantia da transparência e da boa governação que serão aplicados na gestão do ambicioso projecto que se propõe a promover a integração das famílias rurais na agricultura sustentável e criação de cadeias de valor.

Além do desenvolvimento agrário sustentável, o Projecto Sustenta tem uma componente de gestão da terra que visa, entre outros objectivos, o reforço da capacidade institucional a nível local para o processo de regularização de ocupações. Ora, o Projecto Sustenta já saiu do Ministério da Terra e Ambiente e passou para um ministério (MADER) que não é responsável pela gestão da terra. É importante, pois, que seja clarificado como é que será feita a coordenação institucional

para evitar situações de existência de vários sectores que lidam com a gestão da terra.

Outra questão fundamental que deve ser clarificada tem que ver com a forma como será feita a interligação do Sustenta com outras iniciativas de desenvolvimento rural para evitar a sobreposição de projectos. Por exemplo, a Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze (Agência do Zambeze) tem uma forte componente agrária nas províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambézia, onde financia pequenos agricultores. Que tipo de coordenação será feita nas áreas abrangidas pela Agência do Zambeze e pelo Sustenta para evitar a dispersão de recursos? A mesma questão pode ser colocada quanto ao tipo de coordenação que será feita entre o Projecto Sustenta e a Agência do Desenvolvimento do Norte (ADIN), outra instituição com foco no desenvolvimento rural das províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado.

Além do FNDS, Celso Correia, o “superministro” de Filipe Nyusi, conseguiu levar para o seu novo ministério (MADER) a ADIN e, ao que tudo indica, irá levar também a Agência do Zambeze. Mas a concentração das instituições que recebem mais apoios fi-

nanceiros dos parceiros (Banco Mundial) não irá causar, por si só, a transformação estrutural e a competitividade do sector agrário de Moçambique, um objectivo sempre falhado pelos sucessivos governos da Frelimo. É preciso um trabalho aturado para garantir uma interligação bem-sucedida entre os vários projectos e iniciativas de instituições tuteladas pelo Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

E para finalizar, que garantias o Governo dá de que o Sustenta, que brevemente será lançado com pompa e circunstância, não será mais um projecto do sector agrário sem resultados visíveis, tal como foram a Política Agrária e Estratégia de Implementação -PAEI (1995); o Programa Nacional de Desenvol-

vimento da Agricultura – PROAGRI I (1998) e PROAGRI II (2004); Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – ESAN I (1998) e ESAN II (2007); Visão do Sector Agrário (2004); Estratégia da Revolução Verde (2007), Plano Director de Extensão Agrária (2007); Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário - PEDSA (2010); Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário – PNISA (2013).

**É preciso um trabalho aturado para garantir uma interligação bem-sucedida entre os vários projectos e iniciativas de instituições tuteladas pelo Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.**

COVID-19

## STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

Report human rights abuse during the state of emergency in Mozambique

From June the 30<sup>th</sup> to July the 29<sup>th</sup>, 2020

CALL NOW:  
**87 85 33 330**

WhatsApp

Respect human rights in Mozambique spread the word! COVID-19 An initiative of:

CDD CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

sahrdh

Help respect human rights Mozambique Spread the word!

COVID-19

## ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 30 de Junho a 29 de Julho de 2020

LIGUE JÁ:  
**87 85 33 330**

WhatsApp

Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19 Passe a palavra! Uma iniciativa

CDD CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

sahrdh

Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique, passe a palavra!

# CDD



### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula

**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhandumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique  
 Telefone: 21 41 83 36

CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

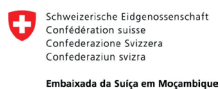
#### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

